



# CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 122/2025 Pregão Eletrônico nº 018/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE CASEIROS**, Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Mario Cirino Rodrigues, 249, centro, na cidade de Caseiros/RS, inscrito no CNPJ n° 90.483.058/0001-26, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Joelice Bortolanza Canali, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro a empresa **VANITRAR COMERCIO & SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ n° 48.329.398/0001-30, com sede Av. Julio de Mailhos, nº 300, Sala 02, Centro da cidade de Pontão/RS, CEP: 99.190-000, neste ato representado por por seu Sócio Sr. Vanirio Chagas, brasileiro, maior, residente e domiciliado na Av. Julio de Mailhos, nº 297, centro da cidade de Pontão/RS, CEP: 99.190-000, CPF nº 584.898.600-25, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADO**, e em conformidade com a Lei 14.133/2021 e com o resultado do Pregão Eletrônico nº 018/2025, em conformidade com TRANSFEREGOV.BR, plano de ação nº 09032024-71603/2024, resolvem firmar o presente Contrato que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

Cláusula Primeira: O Contratante adquire do Contratado o bem ora descrito:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA	MODELO	VALOR
01	TRATOR AGRÍCOLA NOVO ANO/MODELO 2025, COM MOTOR NO MÍNIMO 80CV, 3 CILINDROS, TURBO, BOMBA INJETORA MECÂNICA, TRANSMISSÃO 12X4, TRAÇÃO 4X4, PESOS DIANTEIROS 6X25 KG, PESOS TRASEIROS 3+3X52 KG, PNEUS DIANTEIROS 12.4- 24R1, PNEUS TRASEIROS 18.4-30R1, MARCA DE PNEUS CONFORME DISPONIBILIDADE DE FÁBRICA, 2 VÁLVULAS DE CONTROLE REMOTO, TOMADA DE		BUDNY	8040SL	R\$ 173.900,00





FORCA IPTO 540 RPM. **TANQUE** COMBUSTÍVEL. LEVANTE HIDRÁULICO. TETO ROPS, DIRECÃO HIDROSTÁTICA. **ASSENTO** CONFORTÁVEL, FREIO ESTACIONÁRIO, PAINEL INSTRUMENTOS COM TODOS ITENS DE FÁBRICA, ITENS DE **SEGURANCA** CONFORME NORMAS DE SEGURANÇA; **PARALAMAS** DIANTEIROS, PAINEL **INSTRUMENTOS** COM TODOS OS ITENS **ORIGINAIS** DF FÁBRICA, **PISCA** ALERTA, LANTERNAS POSIÇÃO **DIANTEIRAS** TRASEIRAS. **RETROVISORES** LATERAIS. BUZINA. ASSENTO DO OPERADOR COM REGULAGENS. TODAS AS CARACTERÍSTICAS **ORIGINAIS** DE FÁBRICA, COM NO MÍNIMO 01 ANO DE GARANTIA ASSISTÊNCIA TÉCNICA ATÉ 30 KM DA SEDE MUNICÍPIO. DO ENTREGUE NA SEDE DO MUNICÍPIO, SEM CUSTOS.

DO VALOR E DO PAGAMENTO





Cláusula Segunda: O valor que a Contratante pagará ao Contratado pelo bem descrito na cláusula anterior, conforme Pregão Eletrônico n° 018/2025, será o valor de R\$ 173.900,00 (Cento e setenta e três mil e novecentos reais).

Cláusula Terceira: O pagamento será efetuado até trinta (30) dias após o recebimento do trator, com a emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), constando à identificação do presente, como Pregão Eletrônico n° 018/2025, Contrato Administrativo n° 122/2025 e o número do TRANSFEREGOV.BR nº 09032024-71603/2024.

Parágrafo Primeiro: O pagamento do objeto desta licitação dar-se-á mediante as condições abaixo:

a) O depósito bancário na conta corrente será no da empresa vencedora, sendo que o nº da conta cadastrada na referida instituição deverá ter o mesmo CNPJ e/ou CPF e razão social e/ou nome, conforme CGM junto ao município promotor do certame. Estas informações devem constar na Nota Fiscal/Fatura. Dados bancários da contratada:

Banco: Cresol; Agência: 5691; Conta corrente: 26974-3;

b) As contratações feitas na forma deste edital, deverão observar as disposições da Instrução Normativa n.º 971/2009 e, para fins exclusivos de IRRF, a instrução normativa n.º 1234/2012.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de 15 (quinze) meses dias, com início em 06 de outubro de 2025, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite previsto na Lei 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA fornecerá garantia, assistência técnica e manutenção pelo período de 12 meses, a contar da emissão da nota fiscal;

**Parágrafo Segundo**: A CONTRATADA deverá fornecer Assistência Técnica do equipamento até 30 km da sede do Município de Caseiros/RS;

## DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula Quinta: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

08 – Secretaria Municipal da Agricultura;

2050 – Manutenção das patrulhas, máquinas e implementos agrícolas; 449052000000 – Equipamentos de material permanente.





## DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Cláusula Sexta: Constituem também obrigações e responsabilidades da contratada:

- a) Fornecer o bem, na forma desde contrato, observando as características descritas do objeto na forma deste contrato e do edital de licitação supra mencionado.
- b) Fornecer garantia do Produto adquirido pelo período de 1 ano, responsabilizando-se pela troca ou substituição ou respectivo conserto, se necessário;
- c) Fornecer Assistência Técnica até 30 km da sede do Município de Caseiros/RS;
- d) Emitir Nota Fiscal de fornecimento do material e serviços, fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos exigidos pelo fisco;
- e) Cumprimento de outras exigências já definidas no presente contrato e previstas na Lei 14.133/2021.

**Parágrafo Primeiro:** Quanto a garantia, bem como ao fornecimento de peças, deverá a Contratada observar as demais regras e condições contidas no edital do Pregão Eletrônico nº 018/2025 e seus anexos, como:

- Caso a assistência técnica esteja localizada em distância superior a 30 km, as despesas com deslocamento serão suportadas pela licitante vencedora;
- II. As despesas previstas no subitem I envolvem tanto o deslocamento do mecânico para conserto, como também o transporte do trator para a sede da assistência técnica efetuar algum conserto ou exame durante o período de garantia;
- III. A assistência técnica deverá ter estrutura condizente com padrão de concessionária, sendo que tanto a concessionária licitante como a fabricante ficarão responsáveis pela qualidade do trator e respectivo atendimento durante o período de garantia.
- IV. A garantia será de no mínimo 12 meses a contar da entrega. Caso a garantia ofertada pelo fabricante for superior, observar-se-á a prescrição do fabricante quanto ao tempo;
- V. As despesas com troca de óleo, filtros e outros produtos que necessitam ser substituídos durante o período de garantia, serão suportados pelo Município, exceto se a concessionária ou fabricante assumirem o ônus:

**Parágrafo Segundo:** A Contratada e a Concessionária assumem o compromisso solidário de fornecimento de peças e atendimento mecânico pelo prazo mínimo de 8 (oito) anos.

Parágrafo Terceiro: A entrega do bem descrito na cláusula primeira deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato Administrativo, devendo a entrega ser realizada na Sede do Município de Caseiros, junto a Prefeitura Municipal. O bem deve preencher todas as características e descrição da cláusula primeira, e o fiscal do contrato, juntamente com o Setor de Patrimônio deve realizar a conferência das características técnicas no ato da entrega, e caso necessário realizar as devidas notificações.





## DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Cláusula Sétima: Constituem obrigações e responsabilidade da Contratante:

- a) Fiscalizar a execução do objeto podendo, em decorrência, solicitar fundamentadamente, à CONTRATADA, providências cabíveis para correção ou adequação de procedimentos.
- b) Efetuar o pagamento de forma acordada neste instrumento de contrato.
- c) Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei 14.133/2021.

## DA FISCALIZAÇÃO

**Cláusula Oitava:** A fiscalização dos serviços contratados será exercida pelo servidor Deivid Geittens para validação do perfeito atendimento dos serviços contratados.

Parágrafo Único: A fiscalização terá poderes, dentre outros, para notificar a Contratada, por escrito, sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas no decorrer da execução do objeto contratual, podendo exigir a correção dos serviços que julgar inaceitáveis.

## DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**Cláusula Nona:** O CONTRATADO se sujeita, no que couber, às penalidades previstas no art. 155 e seguintes da Lei nº14.133/2021, garantido o direito de ampla defesa.

**Parágrafo Primeiro:** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- f) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

Parágrafo Segundo: Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:







- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) Multa:
  - (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15(quinze) dias;
  - (2) O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro: A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

Parágrafo Quarto: Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º), e se observará o seguinte:

- 1.1.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- 1.1.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 1.1.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**Parágrafo Quinto:** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. **Parágrafo Sexto:** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





Parágrafo Sétimo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

Parágrafo Oitavo: A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

Parágrafo Nono: O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

**Parágrafo Décimo:** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Décimo Primeiro: As penalidades serão registradas no cadastro do CONTRATADO, quando for o caso.

Parágrafo Décimo Segundo: Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao CONTRATADO, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Décima: O CONTRATADO reconhece desde já que o presente contrato poderá ser extinto, nas hipóteses previstas no art. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no que couber ao objeto deste contrato.

#### DO FORO

Cláusula Décima Primeira: O Foro competente para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente instrumento contratual é o da Comarca de Lagoa Vermelha/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





Estando assim certos e ajustados, firmam o presente instrumento exarado em três vias de igual teor e forma, assinados pelas partes contratantes e de fiscalização do contrato, com o parecer da Assessoria Jurídica do município, para que surta seus efeitos legais. Caseiros, 06 de outubro de 2025.

MUNICÍPIO DE CASEIROS/RS

Contratante

VANIRIO CHAGAS CPF Assinado de forma digital por VANIRIO CHAGAS CPF 584.898.600-25 RG 6049843748 Dados: 2025.10.06 08:52:38-03'00'

VANITRAR COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA Contratada

**Deivid Geittens** 

Portaria nº 292/2025

Testemunhas